



Grupo Parlamentar

Interpelação ao Governo Regional

Assunto: Transporte Marítimo de Passageiros Inter-ilhas

Horta - 28 de Junho de 2006

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo.

“Tínhamos falta de tempo”! Foi deste modo que V. Exa., Sr. Secretário Regional da Economia, justificou a barafunda, a trapalhada e o prazo para a passagem ao procedimento por negociação directa, sem publicação prévia de anúncio, com a qual V. Exas. talharam um “fato à medida” do único concorrente presente ao concurso, para a operação do transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas.

“Tempo” foi o que V. Exas. mais tiveram! Tempo foi o que V. Exas. mais desperdiçaram!

Se “8 anos” não é tempo suficiente, então digam-nos, digam aos açorianos, quanto mais tempo precisam.

Se 8 anos não chegaram para este Governo Regional aprender, sempre à custa do erário público, quantos mais milhões os açorianos vão ter de pagar para terem o sistema de transporte marítimo de passageiros e viaturas, “navegável”, confiável e credível.

Credibilidade é coisa que V. Exas. nunca conseguiram emprestar ao transporte marítimo de passageiros e desconfio, aliás temos motivos de sobra para desconfiar, que V. Exas. já “não têm remédio”.

Durante 8 anos, aos açorianos foi prestado um serviço que acumulou erros atrás de erros, atrasos atrás de atrasos, incumprimentos atrás de incumprimentos, com V. Exas., durante todo este tempo, pura e simplesmente “a ver navios”!



Grupo Parlamentar

Durante 8 anos V. Exas. nunca, por um único momento, deram mostras de saber o que é que queriam. Durante 8 anos estiveram “anestesiados”, não fizeram o “trabalho de casa”, como que à espera que a “coisa” corresse bem por “obra e graça do Divino”.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo.

Foi tempo demais e a desculpa da “falta de tempo” é desculpa de mau pagador, ao jeito do aluno que caminha para a universidade e que após 8 anos e 8 chumbos consecutivos, ainda acredita que um dia vai ser doutor com um “bafejo” da sorte.

Passados 8 anos e quando este Governo Regional quis dar a entender que tudo ia ser diferente (para melhor julgava eu, julgávamos nós), o resultado foi novamente o que todos conhecemos – desastroso!

Se antes, com o passar dos anos, as desculpas eram cada vez menos aceitáveis, desta feita não há desculpa que vos valha, conhecidos que são agora todos os contornos do concurso público na versão 2006/2011.

O primeiro erro, e de palmatória, surge na definição do Modelo da operação.

Se o volume de passageiros e viaturas a transportar, nunca foi atractivo, Exas. tiveram a infeliz ideia de retirar do concurso público as rotas a operar pelo "Navio B", de 2008 a 2011. O mesmo é dizer que não só retiraram volume a uma operação já de si sem "volume", "hiper-sazonal" e por isso mesmo muito deficitária, como conseguiram, por esta via, aumentar exponencialmente o "risco do investimento", afugentando a concorrência sempre extraordinariamente útil e saudável em qualquer concurso público.

Por outras palavras V. Exas. conseguiram a proeza, de piorar a “atractividade” de um concurso que só por si, e fruto de 8 anos de novelas rocambolescas, gera enormes desconfianças junto dos potenciais investidores.

O segundo erro de cálculo foi quererem ser “mais papistas que o Papa”!

A exigência, no Programa do Concurso, da apresentação do certificado IACS dos navios, aquando da apresentação das propostas, não só não tinha exequibilidade prática, face à realidade do mercado dos navios com as características solicitadas no caderno de encargos, como prejudicou sobremaneira a concorrência entre operadores.

Na prática V. Exas. exigiram qualquer coisa do tipo “sol na eira e chuva no nabal”. O resultado é novamente de todos conhecido. Apenas um

concorrente se apresentou a concurso e obviamente sem cumprir a exigência da certificação IACS.

Digo obviamente, porque são vários os especialistas, um deles o próprio Presidente do Conselho de Administração da Atlanticoline, que confirma que só existiam no mercado 3 navios com características adequadas à operação nos portos dos Açores, sendo que apenas 1 tinha a certificação solicitada.

V. Exas. queriam o certificado IACS dos navios, na apresentação das propostas, para vos garantir “tranquilidade” – limito-me a reproduzir as palavras do Sr. Secretário Regional da Economia – e por vossa inteira responsabilidade em vez de “tranquilidade” tiveram a “tremideira” do costume.

Como se isso já não fosse mau – também para a vossa saúde – pior ainda foram as consequências, que como admitiu o Presidente do Conselho de Administração da Atlanticoline, “prejudicou a

concorrência” e tanto assim foi que, das 9 empresas que adquiriram o Caderno de Encargos, apenas uma “se chegou à frente” e entregou uma proposta, 5 minutos antes da hora limite.

Alias foi o próprio Presidente do CA da Atlanticoline a concordar que a Região estará a pagar um valor muito elevado pelo serviço contratado, porque a obrigatoriedade da apresentação do certificado IACS prejudicou a concorrência e originou “excesso de confiança” do único concorrente – a Transmaçor.

Empurrada (digo eu) ou não, foi a Transmaçor a evitar um enorme embaraço ao Governo Regional, sendo certo que a última coisa que queria era ficar com o concurso deserto.

Não chego ao limite de afirmar que a Transmaçor funcionou como a vossa “escolta naval”, mas é no mínimo estranho o cruzamento de interesses entre todos os actores intervenientes este processo concursal.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo.

Tudo começa no Governo Regional, que cria uma empresa chamada Portos dos Açores, S.A., que cria a Atlanticoline, S.A., que adjudica o Transporte Marítimo de Passageiros inter ilhas, à Transmaçor detida em 27% pelo Governo Regional, num processo de concurso “nublado e nebuloso” e que acabou por deixar cair, no procedimento por negociação directa, a única exigência, que o único concorrente não cumpria – a certificação IACS!

Na prática o que V. Exas. antes diziam ser muito importante, já não fazia diferença nenhuma, só que entretanto afugentaram toda a concorrência, e para disfarçar, numa atitude da mais cristalina “lata política”, voltaram a convidar todos os que adquiriram o Caderno de Encargos, dando-lhes 8 dias para apresentarem propostas.

Nem num concurso de fornecimento de barcos de “boca aberta” se dão 8 dias, quanto mais num concurso para comprar ou alugar navios.

Estavam à espera que desta vez aparecessem mais concorrentes? Evidentemente que não! Evidentemente que o convite surge só para constar e para se esconderem na sombra da peneira com que queriam tapar o sol.

Se tudo isto já é demasiado grave, tudo isto é feito com dinheiros públicos que o mesmo é dizer com o dinheiro do trabalho dos açorianos.

A operação, entre 2006 e 2011, agora contratada à Transmaçor vai custar à Região 16,8 milhões de euros, só no subsídio à exploração.

Apenas nos próximos 2 anos serão pagos 14,1 milhões de euros, dos quais 9,7 milhões de subsídio à exploração, 3,6 milhões do subsídio ao combustível e taxas portuárias e ainda 830 mil



Grupo Parlamentar

euros por via dos acordos para de redução de tarifas para o turismo jovem e sénior.

Feitas as contas a Região paga, por cada passageiro que ponha o pé no navio, 106 euros para cada lado, o que na prática significa 212 euros por passageiro numa viagem de ida e volta. Estamos a falar, só à conta da Região, de 42 contos e quinhentos por passageiro, sendo que a somar, o passageiro paga o seu bilhete de viagem.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo.

Se nas nossas casas e nas nossas famílias, somos nós a zelar pela comedida e racional utilização do rendimento disponível, competia ao Governo Regional fazer o mesmo com o dinheiro dos nossos impostos.

O que se está a passar é tudo menos racional. O que se está a passar é pura delapidação do erário público. O que se está a passar, tenho a certeza, V. Exas. não fazem nas vossas casas com o vosso dinheiro.

Ao longo de 8 anos, V. Exas. “deitaram, pura e simplesmente dinheiro ao mar”. Agora dizem que “não vale muito a pena discutir o provisório” – palavras do Sr. Presidente do Governo.

Esquecem-se é que este “provisório passado” já consumiu 28,3 milhões de euros e no “provisório futuro” dos próximos 2 anos, vão gastar mais 14,1 milhões de euros. O vosso provisório, o provisório que dizem V. Exas. “não vale muito a pena discutir”, vai custar ao fim de 10 anos (entre 1998 e 2008) 42,4 milhões de euros. São tão só 8,5 milhões de contos.

Face a estes números astronómicos, o facto de, pela enésima vez, a operação este ano não se ter

iniciado dentro dos prazos estabelecidos, não era minimamente relevante, não fossem as surpreendentes palavras do Sr. Presidente do Governo, que tenho a certeza passarão a incluir os melhores manuais de estratégia e planeamento, quando afirmou no passado dia 13 de Junho e cito “o facto do navio ainda se encontrar parado, só vem dar razão ao Governo”. Em linha directa de raciocínio – quanto mais tempo o “barco” ficasse parado, mais “razão” tinha o Sr. Presidente.

Todos entendemos o incómodo do Governo Regional, emaranhado numa teia que ele próprio teceu. Todos entendemos que procurem desesperadamente uma saída airosa para disfarçar os erros acumulados ao longo de 8 anos. Só não aceitamos e nunca aceitaremos que V. Exas. queiram limpar a face, enjeitando responsabilidades e manipulando os acontecimentos, com o dinheiro dos açorianos. Exigimos que os açorianos, neste como em muitos outros casos, sejam tratados com respeito.



Grupo Parlamentar

Disse.